

ACORDO DE DUPLA DIPLOMAÇÃO DE DOUTORAMENTO ENTRE O INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA (PORTUGAL) E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (BRASIL)

O **INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA (IPB)**, instituição de ensino superior com sede no Campus de Santa Apolónia, 5300-253 Bragança, Portugal, neste ato representado pelo seu Presidente Professor ORLANDO AFONSO RODRIGUES;

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)**, instituição de ensino superior com sede à Av. Colombo, 5790, Zona 7, Maringá/PR, Brasil, neste ato representada pelo seu Reitor Professor LEANDRO VANALLI;

Resolvem firmar o presente Acordo Geral de Dupla Diplomação de Doutorado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I. OBJETO

Um doutoramento em regime de dupla diplomação corresponde a uma modalidade de doutoramento que implica a inscrição nas duas instituições parceiras, com dupla orientação da tese e com atribuição de diploma por ambas as instituições envolvidas mediante acordo escrito prévio.

As partes estabelecem o presente ACORDO GERAL DE DUPLA DIPLOMAÇÃO DE DOUTORAMENTO, visando fortalecer a dimensão internacional da sua formação, favorecer a mobilidade dos estudantes de doutoramento e desenvolver a colaboração científica entre as duas instituições.

II. PROGRAMAS DE DOUTORAMENTO EM DUPLA DIPLOMAÇÃO

Os programas de doutoramento envolvidos neste acordo são os pares descritos na tabela abaixo. Outros pares de programas de doutoramento poderão ser estabelecidos no futuro, através de adendas ao presente Acordo.

Pares de programas de doutoramento em dupla diplomação:

Programa de doutoramento do IPB	Programa de doutoramento da UEM
Engenharia de Sistemas Inteligentes	Ciência da Computação
Tecnologia e Produtos de Base Natural	Engenharia Química
Ciência e Tecnologia de Biosistemas	Agronomia - Produção Vegetal, Solos e Nutrição de Plantas e Proteção de Plantas
Ciência e Tecnologia de Biosistemas	Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais
Tecnologia e Produtos de Base Natural	Ciência de Alimentos

Não obstante a possibilidade genérica de dupla diplomação entre os pares de programas de doutoramento definidos na tabela anterior, a possibilidade de concretização de um processo de

dupla diplomação individual requer a avaliação do plano de trabalhos de doutoramento do estudante, a sua área científica, necessidades técnicas e laboratoriais, e a possibilidade de coorientação na instituição parceira, a validar através do estabelecimento de um Termo Específico de Dupla Diplomação de Doutoramento, conforme descrito na Secção IV e Anexo deste ACORDO GERAL DE DUPLA DIPLOMAÇÃO DE DOUTORAMENTO.

III. REGRAS DE DUPLA DIPLOMAÇÃO EM PROGRAMAS DE DOUTORAMENTO

1. Orientação

O estudante realizará os seus trabalhos de doutoramento sob a responsabilidade e supervisão de um orientador em cada uma das instituições.

2. Anuidade e taxa de investigação

Os estudantes de doutoramento de outras instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras, em programas de dupla diplomação no Instituto Politécnico de Bragança:

- a) têm o dever de pagamento da propina durante o período de mobilidade no Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do Regulamento dos Ciclos de Estudos de Doutoramento do IPB, correspondente a um décimo do seu valor anual por cada mês de permanência, até ao máximo de dez prestações mensais por ano letivo;
- b) ficam isentos do pagamento da propina, no âmbito deste acordo específico de dupla diplomação com a instituição parceira, ficando sujeitos ao pagamento de uma taxa de investigação nos termos definidos nas duas alíneas seguintes;
- c) o valor máximo anual da taxa de investigação corresponde à propina de doutoramento do Instituto Politécnico de Bragança, podendo ser cobrada em prestações mensais;
- d) a taxa de investigação pode ser fixada num valor inferior ao referido na alínea anterior, incluindo a sua isenção total, a definir pelo Presidente do Instituto Politécnico de Bragança, tendo em consideração a carga laboratorial e/ou os recursos mobilizados nas atividades de investigação, sob proposta do Coordenador da Unidade de I&D ou do Diretor da Escola, ouvidos os orientadores.

A taxa de investigação a pagar pelos estudantes envolvidos nos programas de dupla diplomação ao abrigo do presente Acordo é definida termo específico de dupla diplomação de cada estudante.

3. Mobilidade

A duração mínima de mobilidade presencial no parceiro é de um semestre letivo. É responsabilidade do estudante obter visto e demais documentos necessários para que a mobilidade ocorra. É responsabilidade do estudante possuir seguro de saúde durante todo o período que estiver na instituição estrangeira.

4. Normas de afiliação

As normas de afiliação em vigor nas duas instituições parceiras devem ser aplicadas pelo estudante de doutoramento em dupla diplomação em todas as publicações, comunicações e outros entregáveis resultantes do trabalho desenvolvido durante a cooperação.

5. Defesa

As teses de doutoramento produzidas no âmbito do presente ACORDO GERAL DE DUPLA DIPLOMAÇÃO darão lugar a uma defesa única, reconhecida por ambas as instituições e realizada presencialmente em uma das duas instituições.

A banca de defesa será designada em comum acordo pelas instituições signatárias deste ACORDO GERAL DE DUPLA DIPLOMAÇÃO, respeitando a legislação de cada país e os regulamentos de cada parceiro, sendo constituída por um mínimo de sete elementos:

- Pelo dirigente máximo do IPB ou por quem ele nomeie para esse fim;
- Por um elemento do programa de doutoramento da UEM;
- Por dois orientadores do estudante, um de cada instituição;
- Por dois professores ou pesquisadores doutorados de outras instituições de ensino superior ou de investigação, nacionais ou estrangeiras, que não as duas instituições signatárias deste acordo;
- Por um sétimo elemento, professor ou pesquisador doutorado ou uma individualidade de reconhecida competência na área científica em que se insere a tese, de uma das instituições parceiras ou de outras instituições de ensino superior ou de investigação, nacionais ou estrangeiras.

A defesa conduzirá à elaboração de duas atas, uma por cada instituição parceira, seguindo as regras de cada uma das instituições:

- no IPB, o processo será presidido pelo dirigente máximo do IPB ou por quem ele nomeie para esse fim;
- na UEM, o processo será presidido pelo orientador do estudante na UEM.

Não haverá obrigatoriamente custos associados ao deslocamento e estadia dos vogais da banca, uma vez que o presidente do júri pode autorizar a participação de vogais por teleconferência em qualquer número, desde que haja condições técnicas para a sua plena participação nos trabalhos. A tese de doutoramento será redigida em português ou inglês e defendida em português ou inglês.

6. Depósito do trabalho

Após a defesa, o estudante deverá entregar a cada instituição um exemplar digital da tese de doutoramento em sua versão final. O trabalho deve seguir as normas para depósito na biblioteca de ambas as instituições.

7. Diplomas

Cada instituição compromete-se a emitir o diploma correspondente ao seu programa de doutoramento. Nos diplomas conterá a menção da colaboração da instituição parceira e da dupla diplomação.

IV. TERMO ESPECÍFICO DE DUPLA DIPLOMAÇÃO

A concretização de cada dupla diplomação ao abrigo do presente ACORDO GERAL DE DUPLA DIPLOMAÇÃO requer o estabelecimento de um Termo Específico de Dupla Diplomação que contém a informação referente ao estudante, aos programas de doutoramento em que estará inscrito em cada instituição parceira, o título provisório da sua tese de doutoramento e breve descritivo do seu tema, os respectivos orientadores e a duração da mobilidade do estudante na instituição parceira, além da equivalência de créditos em disciplinas entre as instituições caso sejam cursadas. O referido Termo Específico deverá ser assinado pelo estudante, orientadores e dirigentes de cada instituição

parceira. O Anexo ao presente ACORDO GERAL DE DUPLA DIPLOMAÇÃO apresenta o modelo a utilizar no Termo Específico de Dupla Diplomação de cada estudante.

V. PROPRIEDADE INTELECTUAL

Cada parte mantém todos os direitos de propriedade intelectual de que seja titular, incluindo patentes, pedidos de patente, divulgação de patentes, invenções e melhorias (patenteáveis ou não), marcas comerciais, direitos autorais, registros e aplicativos, incluindo *software*, *firmware* ou código-fonte, segredos comerciais ou *know-how*.

As atividades conjuntas de investigação com resultados que possam ser protegidos por direitos de propriedade intelectual devem ser previstas em termos adicionais a este ACORDO GERAL DE DUPLA DIPLOMAÇÃO.

VI. CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Os dados sensíveis adquiridos ou trocados por força deste Termo serão tratados com confidencialidade. As instituições parceiras comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais em vigor em ambos os ordenamentos jurídicos.

VII. VIGÊNCIA

Este ACORDO GERAL DE DUPLA DIPLOMAÇÃO terá vigência a partir da data de sua assinatura por um período de 5 (cinco) anos, podendo ser modificado durante este período por meio da assinatura de Acordo Aditivo.

VIII. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

As partes signatárias se comprometem a esgotar todos os meios de solução de conflitos de maneira amigável, empregando os mecanismos cabíveis de resolução direta de conflitos. Caso a resolução amigável não seja possível, a resolução de possíveis controvérsias inerentes à interpretação e à execução do presente instrumento será confiada a uma comissão arbitral definida pelos que assinam este acordo, ou por seus representantes.

Bragança e Maringá, 12/11/2025.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
(IPB, Portugal)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
(UEM, Brasil)

Professor ORLANDO AFONSO RODRIGUES
Presidente IPB

Professor LEANDRO VANALLI
Reitor UEM

Anexo

TERMO ESPECÍFICO DE DUPLA DIPLOMAÇÃO DE DOUTORAMENTO ENTRE O INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA (IPB, PORTUGAL) E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM, BRASIL)

No âmbito do ACORDO GERAL DE DUPLA DIPLOMAÇÃO estabelecido entre o IPB e a UEM em 12/11/2025, o presente TERMO ESPECÍFICO estabelece o programa de dupla diplomação envolvendo as duas instituições, o estudante e respectivos orientadores abaixo identificados:

Estudante:

[NOME]

Instituição de origem:

[ACRÓNIMO]

Instituição parceira:

[ACRÓNIMO]

Programa de doutoramento na instituição de origem:

[DESIGNAÇÃO]

Programa de doutoramento na instituição parceira:

[DESIGNAÇÃO]

Título provisório da tese de doutoramento:

[TÍTULO]

Breve descrição da tese de doutoramento (até 1000 caracteres com espaços):

[Texto]

Orientação na instituição de origem:

Professor/a [NOME]

Orientação na instituição parceira:

Professor/a [NOME]

Duração da mobilidade do estudante na instituição parceira:

[Número] meses.

Taxa de investigação na instituição parceira:

[Valor] EUR.

Bragança e Maringá, 12/11/2025.

Assinaturas:

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA
(IPB, Portugal)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
(UEM, Brasil)

Professor ORLANDO AFONSO RODRIGUES
Presidente IPB

Professor LEANDRO VANALLI
Reitor UEM

A/O Orientador/a no IPB
Professor/a [NOME]

A/O Orientador/a na UEM
Professor/a [NOME]

A/O Estudante
Estudante [NOME]